



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2021
(COMISSÃO DE EDUCAÇÃO)

Requer seja encaminhado Requerimento de Informação ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre os pedidos de desligamento de cargos por servidores do INEP e denúncias sobre o processo de aplicação do ENEM.

Senhor Presidente:

Com fundamento no artigo 50, §2º, da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que seja encaminhado Requerimento de Informação ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Educação, Senhor Milton Ribeiro, conforme REQ nº 201/2021, em anexo, de autoria da Deputada Professora Rosa Neide e outros, aprovado em reunião da Comissão de Educação realizada no dia 17 de novembro do corrente, sobre as denúncias externadas na mídia sobre interferências no processo de aplicação do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio e sobre os pedidos de servidores de desligamento de seus cargos no INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Diante da crise estabelecida no INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, com denúncias de servidores e pedidos de exoneração dos seus cargos solicitamos as seguintes informações:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215308728000>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Apresentação: 18/11/2021 10:25 - Mesa

RIC n.1352/2021

1. Foi informado pelos servidores que, no dia 2 de setembro, período da fase final de elaboração da prova, um policial federal passou por todo o esquema de segurança e entrou no espaço chamado "ambiente seguro" de criação do exame. Este espaço é de acesso somente dos membros da comissão elaboradora da prova.

O ministério enviou solicitação oficial a Polícia Federal? Se sim, solicitamos cópia do ofício ou documento enviado e resposta da Polícia Federal.

Qual a motivação do acesso do policial federal? Ele apresentou relatório da "visita" e apontamentos? Existiu alguma ameaça que motivou o pedido?

O policial federal teve acesso ao conteúdo da prova? O que ele teve acesso? Fez algum registro fotográfico? Fez uso do celular no ambiente seguro?

2. Os servidores pediram o desligamento de suas funções, primeiro dois servidores, o coordenador-geral de exames para certificação do Inep, Eduardo Carvalho, e o coordenador-geral de logística da aplicação, Hélio Junio Rocha Moraes. Depois mais 35 servidores solicitaram desligamento de suas funções.

Quais os motivos apresentados pelos servidores, em bloco, pedirem o desligamento de suas funções? O presidente do Inep, Sr. Danilo Dupas, conversou com os servidores ou com o sindicato representante dos servidores?

Foram designados novos ocupantes para as funções vagas ou estão sem comando?



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215308728000>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Apresentação: 18/11/2021 10:25 - Mesa

RIC n.1352/2021

3. Em entrevistas, os servidores denunciam alterações nas provas solicitadas por superior. Informaram que a prova aprovada está na terceira versão.

Quem foi o solicitante destas alterações? Com base em que critérios? De que forma foram orientadas as alterações? Verbalmente?

Para que fizesse a solicitação das alterações foi preciso ter acesso às questões da prova. Como e quem teve esse acesso? Com que justificativa esta pessoa teve acesso?

Quais as questões que foram alteradas e quais justificativas para que fossem substituídas?

4. O presidente da República, Jair Bolsonaro, declarou na imprensa que “começam agora a ter a cara do governo as questões da prova do Enem”. Esta declaração indica ao menos duas possibilidades: uma de que ele teve acesso à prova (diretamente ou por terceiros) para saber que tem a cara do governo e a segunda é que ele ordenou as alterações.

Qual delas ocorreu? O presidente, Jair Bolsonaro, teve acesso ao conteúdo da prova?

O presidente ordenou que tipo de questões devem conter as provas ou que tipo de questões não devem conter na prova? E que cara é esta indicada pelo presidente Jair Bolsonaro?

O presidente, Jair Bolsonaro, solicitou ao Ministro da Educação alterações nas provas? Solicitou direto ao presidente do INEP, Sr. Danilo Dupas?





JUSTIFICATIVA

O ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio, realizado pelo INEP/MEC, foi criado em 1998 no governo de Fernando Henrique Cardoso. Naquele momento, o objetivo era avaliar anualmente o aprendizado dos alunos do ensino médio em todo o país. Servindo de apoio nas políticas de melhoria do ensino brasileiro através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Médio e Fundamental. Outra função conferida ao ENEM, era o de influenciar mudanças nos currículos de ensino médio. Na segunda edição, foi utilizado como modalidade de acesso alternativo ao vestibular.

Em 2009, durante a gestão do ministro da Educação Fernando Haddad, no Governo Lula, foi unificado o concurso vestibular das universidades federais brasileiras. Com a ampliação do papel do ENEM foi necessário um grande número de questões (banco de itens) previamente calibrados pela TRI (Teoria de Resposta ao Item), que é método de avaliação usado no ENEM para garantir a comparabilidade dos resultados.

O ENEM ainda é utilizado para acessar bolsa de estudo em universidades particulares através do ProUni (Programa Universidade para Todos) e para obtenção de financiamento através do Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior). Em 2011, foi criado o programa Ciência sem Fronteiras, mais uma política descontinuada pelo Governo Bolsonaro, na qual, para postular bolsa de intercâmbio em instituições estrangeiras, era necessário ter atingido um mínimo de pontos na prova do Enem.

Este breve histórico é para registrar a importância deste programa, principal meio de acesso a educação superior, principalmente dos estudantes mais pobres deste país.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Educação

Esta semana, nunca antes um programa desta relevância, passou por tamanha ameaça de sua execução, algo que demonstra o objetivo deste governo, que é o desmonte e o descaso com a educação pública brasileira.

Servidores do INEP/MEC, denunciaram na mídia que sofreram pressão psicológica e vigilância velada na formulação do Enem 2021 para que evitassem escolher questões polêmicas, que eventualmente incomodariam o governo Bolsonaro. Assim, 37 servidores pediram exoneração de suas funções, muitos cargos diretamente ligados à realização dos exames.

Em matéria do Fantástico/Globo (14/11), servidores públicos do Inep detalharam as tentativas de interferência no conteúdo das provas, as situações de intimidação e acusaram o presidente do órgão de despreparo.

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, disse, em meio a crise sem precedentes, que não há alteração no cronograma do exame e que a situação está sendo monitorada para garantir a normalidade de execução do Enem. O presidente do INEP, em reunião da Comissão de Educação desta casa, não esclareceu nenhum dos questionamentos dos parlamentares. Não disse que ações estavam sendo tomadas para garantir a lisura e aplicação das provas que ocorrem já neste dia 21. Disse também que os pedidos de afastamento dos cargos era problema interno. Como? Entrou e saiu da audiência sem dizer nada sobre a crise e sem apontar as providências que iriam tomar.

Como ouvir de um presidente da República que ao falar do assunto disse a imprensa: "O que eu considero muito também, começam agora a ter a cara do governo as questões da prova do Enem". E ainda: "Ninguém precisa ficar preocupado. Aquelas questões absurdas do passado, que caíam tema de redação que não tinha nada a ver com nada. Realmente, algo voltado para o aprendizado."





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Diante do risco de piorar a já abalada, credibilidade do exame, é que solicitamos a esta Comissão de Educação que aprove o Requerimento de Informações ao Ministério da Educação, a fim de que o parlamento possa entender o que ocorre e o que esta sendo feito para garantir a lisura no processo da aplicação das provas.

Em decorrência do exposto, apresento este Requerimento de Informações.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 2021.

Deputada **Professora Dorinha Seabra Rezende**
Presidente

